

UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS SOBRE A MULHER NA EDUCAÇÃO NA REVISTA *NOVA ESCOLA* E NO *XI* *FAZENDO GÊNERO*

Sarah Apfelgrün ¹

Celso Kraemer²

RESUMO

Esta pesquisa analisa a caracterização da mulher na educação nos discursos veiculados na Revista *Nova Escola* e nos anais do *XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*, a partir de um olhar epistemológico, tendo como objetivo identificar as diferentes perspectivas de feminismos ou de mulher aí presentes. O intento é explicitar as implicações políticas presentes nas características epistemológicas dos discursos sobre as mulheres na educação veiculados em dois espaços heterogêneos de produção discursiva, a Revista *Nova Escola* e os anais do *XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Na metodologia utiliza-se a perspectiva genealógica para a análise documental. O *corpus* de estudo são os planos de aula publicados na revista *Nova Escola* e os textos dos anais do *XI Seminário Internacional Fazendo Gênero* que relacionem mulher ou feminismo com educação. As categorias para a análise são as perspectivas do feminismo histórico-crítico, do desconstrucionista e a visão neoliberal de mulher.

Palavras-chave: Desconstrucionismo. Educação. Feminismo. Histórico-crítico. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This research analyzes the characterization of women in education in the discourses published in Revista *Nova Escola* and in the annals of the *XI International Seminar Making Gender*, from an epistemological point of view, aiming to identify the different perspectives of feminisms or women present there. The intent is to make explicit the political implications present in the epistemological characteristics of the discourses on women in education conveyed in two heterogeneous spaces of discursive production, Revista *Nova Escola* and the annals of the *XI International Seminar Making Gender*. The methodology uses the genealogical perspective for document analysis. The study corpus are the lesson plans published in *Nova Escola* magazine and the texts from the annals of the *XI International Seminar Making Gender* that relate women or feminism with education. The categories for analysis are the perspectives of historical-critical feminism, the deconstructionist and the neoliberal view of women.

Keywords: Feminism. Education. Historical-critical. Deconstructionism. Neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa se deve ao interesse nas relações de gênero, frente ao incômodo provocado pelo sexismo, desigualdades de gênero, de raça, de classe e ao feminicídio ainda expressivos nas sociedades. Nesse contexto, se verifica a presença do tema

gênero na educação escolar e a relação com as práticas educativas, tanto dos discursos conservadores quanto dos movimentos feministas.

As discussões promovidas pelo movimento feminista têm papel relevante para se compreender as relações de poder presentes

¹ Universidade Regional de Blumenau (FURB), Grupo de Pesquisa Saberes de Si. Blumenau, SC, Brasil. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: sarahhpfelgrun@gmail.com

² Universidade Regional de Blumenau (FURB), Grupo de Pesquisa Saberes de Si. Blumenau, SC, Brasil. Doutor em Filosofia. E-mail: kraemer250@gmail.com

na sociedade e nas práticas de subjetividades constituintes do sujeito e seu modo de ser (Filordi, 2014). O feminismo, mesmo sendo um movimento social autônomo e independente das políticas de Estado e da escola, pode ser relacionado com a educação, pois seus conceitos de gênero e sexualidade acabam perpassando os diferentes espaços de práticas e de discursividades, se entrelaçando na formação das subjetividades. Assim, docentes e discentes tensionam no ambiente escolar as práticas e discursos de gênero que os constituem na sociedade, podendo ser lócus de conflitos, sofrimento e/ou emancipação.

Os estudos sobre gênero têm possibilitado compreendê-lo como processos históricos, descolando a reflexão tanto do essencialismo metafísico, criacionista, quanto da base biológica, evolucionista, o que possibilita pensar a sexualidade do corpo a partir de sua constituição em uma determinada cultura (Louro, 1997). Gênero, como se sabe, é parte relevante na produção de identidades, que podem se transformar, se multiplicar ao longo da vida, em diferentes sociedades. Identidades são formas de experimentar o próprio corpo. Parafraseando Simone de Beauvoir, Oksala (2019, p. 119) assinala o quanto o meio social atua sobre o corpo na constituição da identidade de gênero “[...] não se nasce mulher, torna-se mulher, mas não por meio de uma escolha deliberada”. O ser mulher implica uma construção social e histórica, com suas

variações, multiplicidades, tensionando politicamente o normal que visa regular no corpo as identidades heteronormativas de modo permanente.

Entretanto, na escola estas discussões dificilmente ganham espaço, e quando ocorrem, geralmente carecem de profundidade, mantendo-se muitos silêncios sobre o mundo efetivo da sexualidade e das relações de gênero. O espaço escolar produz corpos úteis e dóceis, subjetividades e identidades normalizadas por meio de mecanismos de disciplinamento (Foucault, 2008). Em muitos momentos, as práticas educativas reforçam a produção de identidades normativas e podem impossibilitar que as diferentes subjetividades sejam visibilizadas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as questões sobre gênero devem ser trabalhadas em sala de aula como temas transversais. Porém, após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2016, as discussões sobre estas temáticas são “apagadas” ou excluídas do currículo escolar. Entre as múltiplas temáticas que envolvem as questões de gênero e sexualidade, este estudo restringe-se ao tema da mulher, com aporte nas discussões de alguns feminismos, explorando sua relação com a educação a partir de dois veículos relacionados à temática, a *Revista Nova Escola* e os anais do *XI Fazendo Gênero*, que ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no ano de 2017.

A análise destes espaços de produção e atuação discursiva pode contribuir para se compreender o perfil do que se tem dito acerca da mulher em discursos voltados à educação. O perfil dos discursos que predominam nas produções acadêmicas é de combate ao preconceito, às inferiorizações das mulheres, buscando abrir possibilidades diferentes da herança do patriarcado. Tais reflexões também necessitam chegar à escola, por meio de experiências e diálogos que repensem a educação sobre gênero, podendo incluir questões de interseccionalidade como gênero, classe social e raça (Hooks, 2019).

A natureza desta pesquisa é qualitativa, o estudo se classifica como pesquisa online, na qual os documentos retirados de páginas da internet são o lócus da pesquisa. Com a temática da epistemologia dos discursos sobre mulher e educação, a pergunta orientadora da pesquisa é: quais as características epistemológicas dos discursos sobre as mulheres e educação, veiculadas na revista *Nova Escola* e no *XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*, considerando as perspectivas do feminismo histórico-crítico, desconstrucionista e a visão neoliberal de mulher?

Ante esta pergunta, o objetivo geral é identificar e discutir as características epistemológicas dos discursos sobre práticas educativas que se referem às mulheres, veiculadas na *Revista Nova Escola* e no *XI Seminário Internacional Fazendo Gênero* a

partir das perspectivas histórico-crítica, desconstrucionista e a visão neoliberal de mulher. Para a consecução deste objetivo desenvolvem-se as seguintes etapas: caracterizar as perspectivas do feminismo histórico-crítico, desconstrucionista e a visão neoliberal de mulher; mapear e discutir as características dos discursos que relacionam as mulheres com a educação na *Revista Nova Escola* e no *XI Seminário Internacional Fazendo Gênero*, à luz das perspectivas histórico-crítico, desconstrucionista e a visão neoliberal de mulher.

2. PERCURSOS E PERSPECTIVAS DOS FEMINISMOS

O feminismo é um movimento social e político com muitas feições e ramificações, nem sempre harmônicas entre si. Sua emergência ocorreu no século XIX, embora sua visibilidade tenha ocorrido na virada para o século XX, durante o sufrágio, movimento que tinha como finalidade estender o direito ao voto às mulheres. Esse acontecimento ficou conhecido como “a primeira onda” do feminismo, devido a sua amplitude em vários países ocidentais (Louro, 1997). A primeira onda do feminismo estava ligada ao interesse das mulheres brancas, de classe média, nas oportunidades de estudo e acesso às profissões (Hooks, 2019) envolvidas no sistema social configurado pelo patriarcado.

A chamada “segunda onda” do feminismo se inicia no final da década de 1960.

Neste momento, intelectuais de diferentes coletivos expressam sua revolta aos arranjos políticos e sociais que mantinham a segregação e a discriminação das mulheres (Louro, 1997). No século XX, o feminismo foi visibilizado como movimento político que se expressava por meio de questionamentos sobre as relações de poder e desigualdades que definiam a mulher como cidadã inferior ao homem.

A “terceira onda” do feminismo corresponde aos anos de 1990 e se estende ao século XXI. Este período abrange diferentes movimentos feministas, no plural, em função dos diversos pensamentos sobre feminismo que circulam na sociedade. Assim, na terceira onda emergem questões relacionadas às relações de gênero, ao racismo, ao mundo capitalista, sob a perspectiva de mulheres com várias identidades, as mulheres pobres, negras, lésbicas, donas de casa, ricas, brancas. Neste contexto o feminismo quer, no âmbito do desconstrucionismo, trata o gênero totalmente vinculado às relações de poder, no interior das práticas da cultura, variando no tempo e sociedades (Coelho, 2016).

Neste cenário, diferentes vertentes feministas se formaram. Este trabalho, sem deixar de reconhecer que há outros recortes possíveis, delimita a análise ao feminismo histórico-crítico e o desconstrucionismo, por entender que são pensamentos que estão na gênese da formação dos feminismos, cotejando, ainda, com uma visão neoliberal de mulher.

3. AS MULHERES NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

O feminismo histórico-crítico constitui-se como crítica à sociedade capitalista, na qual o sexo opera formas de opressão, numa sociedade dividida em classes, impondo condições e afazeres subalternos às mulheres. Essa vertente feminista se opõe tanto ao capitalismo e ao patriarcado quanto à ideia de mulher que emergiu do mundo capitalista (Saffioti, 1976).

O capitalismo é definido pela vertente histórico-crítica como um sistema econômico dividido em dois grupos, o proletariado - aqueles que vendem sua força de trabalho, e a burguesia os donos dos meios de produção. Essa organização econômica valoriza a produção de bens materiais para o consumo. O trabalhador participa do processo com a venda de sua força de trabalho e com o consumo de produtos, mas os lucros ficam concentrados nas mãos dos donos dos meios de produção (Saffioti, 1976). Nessa direção, o capitalismo reforça as explorações e opressões dos indivíduos, bem como, elenca uma produção patriarcal, racista, sexista (CISNE, 2018). Esta concentração da riqueza nas mãos de poucos gera desigualdades sociais, tanto as de classe quanto as de gênero.

Em muitos momentos, as mulheres foram vistas como incapazes e frágeis, inferiores, que necessitavam do amparo de um homem. Mas elas nunca foram alheias ao trabalho, nas camadas mais pobres. Muito antes do capitalismo elas já participavam das

manufaturas, do trabalho doméstico, da agricultura, cuidados com os filhos (Saffioti, 1976). A lógica capitalista reforça o patriarcado, o sexismo e o machismo, “[...] relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho” (Cisne, 2018, p. 212). Nesse contexto, o feminismo histórico-crítico busca a emancipação das mulheres nas dimensões econômica, social e política, bem como, prevê a transformação de hábitos opressores presentes na educação, nos valores e na cultura (Cisne, 2018).

A divisão sexual do trabalho diz respeito às relações sociais de sexo, nas quais os homens representam o lócus produtivo, enquanto as mulheres ao âmbito reprodutivo. Essa divisão tem “[...] dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (Kergoat, 2009, p. 67). Esses princípios, amparados na construção social do gênero, legitimam papéis sociais sexuados, que delimitam os espaços que as mulheres e os homens podem ou não ocupar.

Durante muito tempo, o trabalho das mulheres foi invisibilizado, relacionado ao caráter maternal, ao amor, aos afazeres domésticos (Kergoat, 2009). O feminismo histórico-crítico apresenta um olhar divergente

do sistema social patriarcal e capitalista, combatendo o machismo e as demais desigualdades, como de classe e de gênero.

4. AS MULHERES NA PERSPECTIVA DO DESCONSTRUCIONISMO

A perspectiva desconstrucionista chama a atenção ao fato de que, na modernidade, sobretudo do século XVIII e XIX, o sexo se torna um ideal construído e regulado pelos discursos médicos, pedagógicos, sociais, econômicos e políticos. Neste processo, os mecanismos de saber e de poder regulam o sexo por meio de diversos mecanismos. Assim, as práticas discursivas recobrem um campo cada vez mais vasto sobre as condutas sexuais, visibilizando e controlando diversos aspectos, com técnicas como a confissão ao padre, ao médico, ao pedagogo, aos pais, aos especialistas (Foucault, 1999). Estes discursos produzem verdades sobre o sexo, “entre o Estado e o indivíduo, o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (Foucault, 1999, p. 29).

A produção discursiva sobre o sexo, sua regulação, fez emergir o dispositivo da sexualidade, na articulação do saber, do poder e do prazer. O dispositivo da sexualidade é vinculado ao biopoder, valoriza a sexualidade adulta e matrimonial entre homem e mulher, e é perpassado por discursos médicos, religiosos, pedagógicos e morais (Foucault, 1999). Em suas

análises Foucault mostra que o sexo não é algo natural, mas se refere a uma construção histórica. Nesta construção, a diferença sexual é marcada por práticas discursivas que visam a normalização do corpo. Desta maneira, o sexo funciona como “[...] prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer, circular, diferenciar - os corpos que ele controla” (Butler, 2001, p. 151).

A performatividade de gênero propõe pensar que a repetição linguística e corporal reforça a construção do sujeito e seu corpo, no qual primeiro é produzido o que, depois, é nomeado (Butler, 2001). A emergência da discussão acerca do sexo e sua construção social abrange o debate sobre a desconstrução da sexualidade, que propõe desestabilizar e repensar o padrão heteronormativo. O desconstrucionismo abarca um movimento intelectual pós-identitário, presente no centro da Teoria Queer, problematiza e desconstrói as verdades binárias, produzidas na sociedade e propõe questionar essas verdades e reorganizá-las. A noção de desconstrução é elaborada por Jacques Derrida (1930-2004), enquanto uma metodologia:

Desconstruir não significa destruir, como lembra Barbara Johnson, mas “está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer”. Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está-se indicando um modo de questionar ou de analisar e está-se apostando que esse modo de análise pode

ser útil para desestabilizar binarismos linguísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/mulher, masculinidade/feminilidade). (Louro, 2001, p. 548. Aspas e parêntesis no original)

Queer é uma palavra de origem inglesa e significa estranho, peculiar, excêntrico, esquisito, é também usada de forma pejorativa. Mas ser queer também significa “[...] colocar-se contra a normalização” (Louro, 2001, p. 546), ou seja, opor-se à heteronormatividade e à normalização proposta pela política de identidade. A emergência do movimento queer representa a diferença que não é assimilada, a problematização da identidade e identificação, bem como ultrapassa a teorização gay e lésbica (Louro, 2001). Assim, este movimento propõe desconstruir as oposições binárias como a heterossexualidade e homossexualidade. O movimento queer mostra que em ambos os polos existem identidades desviantes, ou que não se identificam com a norma.

5. AS MULHERES NA PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo refere-se, inicialmente, ao domínio econômico, designando as transformações internas ao capitalismo, transitando do liberalismo a um novo modelo de produção, circulação e consumo de bens e serviços e aos modelos de relacionamento entre eles, transitando da solidariedade para a competição. Em um segundo domínio, conforme estudado por Foucault (2008a), o neoliberalismo

refere-se à questão da governamentalidade. Neste domínio, é relevante pensar as maneiras como os sujeitos são governados e conduzidos, entendendo por conduta o complexo conjunto de técnicas de condução da conduta, o modo como uma pessoa é conduzida e se comporta sob efeito de uma condução (Foucault, 2008a).

Para isso, são usadas estratégias de governo que conduzem uma população e a governam por meio de técnicas de condutas e regimes de verdade, definidos como governamentalidade (Foucault, 2008a). As condutas presentes nas formas de governar vão desde uma tecnologia do poder pastoral, que direciona a consciência dos sujeitos por meio de movimentos individualizantes e totalizantes, até a incitação ao empreendedorismo e da competição. Esse processo é resultado do poder disciplinar, que se refere ao regime de produção de corpos úteis economicamente e dóceis politicamente (Ambrósio, 2019). A disciplina se articula ao biopoder, estratégia de gestão da vida biológica que passa a fazer parte das estratégias políticas (Foucault, 2008a), com vistas a exercer o governo sobre uma população.

O neoliberalismo teve seu processo de elaboração nos EUA após a grande crise de 1929 e na Alemanha após o término da II Guerra Mundial, no processo de reconstrução do Estado Alemão. No Brasil, ele começou a ser empregado no final de 1980. O neoliberalismo pode ser entendido como um sistema socioeconômico que propõem a diminuição da

participação do Estado no aspecto econômico; a noção de mercado aberto; a redução do setor público; a privatização econômica e familiar (Torres, 2013). A liberdade é garantida ao mercado, enquanto os direitos sociais são vinculados aos interesses neoconservadores, perspectiva na qual o Estado e os valores sociais seguem os pressupostos tradicionais que legitimam discursos e comportamentos sexistas, xenofóbicos, racistas, transfóbicos. Na aliança neoliberalismo e neoconservadorismo tais condutas são vistas como uma expressão de liberdade (Brown, 2019).

A governamentalidade neoliberal funciona por meio do interesse e seu centro é o mercado, locus no qual os indivíduos buscam satisfazer seus interesses, com mínima intervenção do Estado. Tanto a liberdade individual quanto a coletiva são submetidas aos interesses do mercado (Brown, 2019). Os direitos são condicionados ao Estado mínimo, as políticas públicas são desmontadas ou direcionadas de acordo com os interesses privados – de igrejas, de certa concepção de família, das empresas, degradando os interesses públicos e estatais de gestões democráticas.

No governo neoliberal, o papel das mulheres é voltado para a família, mas também para a produtividade econômica. No âmbito afetivo, doméstico ou laboral, às mulheres é reservado o papel de companhias dóceis, por meio de hábitos internalizados por padrões patriarcais.

6. CARACTERÍSTICAS DOS DISCURSOS SOBRE AS MULHERES E EDUCAÇÃO NA NOVA ESCOLA E NO XI FAZENDO GÊNERO

A *Nova Escola* é uma associação brasileira independente, que oferece conteúdos digitais e em forma de um acervo de revistas, criada e mantida pela Fundação Lemann, desde 2015. Essa associação dispõe uma plataforma digital na internet, com foco na educação básica e tem por objetivo produzir conteúdo para docentes e gestores.

O mapeamento dos dizeres que relacionam as mulheres com a educação nos textos da revista *Nova Escola* procedeu-se a partir do uso dos filtros de pesquisa para selecionar os conteúdos disponibilizados no site, bem como o uso da barra de navegação, realizando a busca por meio de palavras-chave relacionados ao tema, como: mulher, gênero, feminismo. A utilização dos filtros possibilitou realizar a pesquisa desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental II, em conjunto com os componentes curriculares disponibilizados no site e foram encontrados um total de 12 planos de ação, nos quais se apresentam conteúdos e orientações aos docentes.

O *XI Fazendo Gênero* ocorreu juntamente ao *13º Mundos de Mulheres*. Foi um encontro interdisciplinar sobre mulheres, com a temática "Transformações, Conexões,

Deslocamentos", em 2017, em Florianópolis, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Este evento teve como objetivo dialogar sobre questões inerentes às mulheres na atualidade, no âmbito teórico e prático, com perspectivas inclusivas. Para fazer o mapeamento dos anais do *XI Fazendo Gênero* procedeu-se a leitura de cada um dos títulos dos trabalhos publicados nos anais do evento, disponíveis em plataforma digital, no site do evento. Trata-se de 1836 trabalhos apresentados em seu sumário. A partir do título foram selecionados 23 trabalhos com base nas palavras-chave mulher, gênero, feminismo, educação. Destes, na análise, foram lidos os objetivos, a metodologia e os resultados de cada um dos trabalhos.

Para a geração de dados, foram usados dois roteiros de leitura, um para a plataforma da *Nova Escola* e outro para os anais do *XI Fazendo Gênero*, observando os discursos que relacionavam as mulheres com educação. Os roteiros de leitura foram estruturados de modos diferentes por conta da diferença de estrutura original de cada série de textos a serem analisados. As leituras dos documentos foram registradas e documentadas através de fichas. Para facilitar a identificação de onde foi extraído o excerto nas análises, foi criado um código para cada excerto, conforme se pode ver nos quadros abaixo, empregando N.E. para *Nova Escola*, seguido do número de sequência e F.G para *Fazendo Gênero*, seguido do número de

seqüência atribuído a cada excerto. O resultado do mapeamento do site *Nova Escola* está apresentado no quadro 1 abaixo, e o

mapeamento do *XI Fazendo Gênero* está apresentado no quadro 2 abaixo.

Quadro 1 – Mapeamento das relações mulheres e educação na revista *Nova Escola*

Código	Autor/a	Prática
N.E. 1	EHHER, Helena Cristina Cintra	Profissões que são exercidas por mulheres atualmente
N.E. 2	EHHER, Helena Cristina Cintra	Desconstruindo os papéis sociais ligados ao gênero
N.E. 3	EHHER, Helena Cristina Cintra	Papéis sociais na família
N.E. 4	PAULA, Angelo Márcio de	o protagonismo das mulheres em nossa História
N.E. 5	FONSECA, Gabriela Ferreira Bustamante	As conquistas das mulheres: do voto ao futebol
N.E. 6	FIOROT, Juliana Bardella	As mulheres e o poder na Antiguidade e na Idade Média
N.E. 7	FIOROT, Juliana Bardella	A participação das mulheres nas independências da América Latina
N.E. 8	SILVA, Roberta Duarte Da	O movimento eugenista e as mulheres
N.E. 9	FERRARI, Isis Fernanda	A história das mulheres no mercado de trabalho
N.E. 10	FIGUEIRA, Ana Paula de Abreu	A Constituição de 1988 e a luta pelos direitos das mulheres no Brasil
N.E. 11	SENIUK, Talita	Mulheres negras, militância e resistência: Thereza Santos
N.E. 12	BENTO, Guilherme Gonzaga	A mulher na Primeira República no Brasil

Fonte: Nova Escola (2021)

Quadro 2 – Mapeamento das relações mulheres e educação dos anais eletrônicos do evento *13º Mundos de Mulheres e XI Fazendo Gênero*

Código	Autor/a	Trabalho
F.G. 1	CHAVES, Rosa Sílvia	(In)visibilidade dos cabelos crespos: construção das identidades de meninas negras na creche
F.G. 2	JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva	“Meu cabelo me empodera”: relações de gênero e raça no cotidiano de uma escola pública da periferia urbana de Duque de Caxias/RJ
F.G. 3	OLIVEIRA, Natalia de Quadros; RIBEIRO, Paula Regina Costa; BARROSA, Suzana da Conceição de	“Todos podem fazer o que o outro faz”: narrativas de estudantes
F.G. 4	FURLAN, Cássia Cristina; MAIO, Eliane Rose; SANTOS, Tatiane Siqueira dos	“Trilhas da diversidade”: o brincar e as questões de gênero e sexualidade
F.G. 5	COSTA, Erika; DIAS, Luciana de Oliveira	“Negra sou”: identidade como forma de existir nas instituições de educação
F.G. 6	CARDOSO, Maria Grazia Cribari; MELLO, Fernanda de Carvalho Azevedo	Cinema, gênero e escola: uma reflexão sobre o trabalho feminino com estudantes
F.G. 7	SMYL, Elaine Beatriz de Oliveira; SANTOS, Marinês Ribeiro dos	Cursos de “desprincimento”: estratégias feministas de resistência
F.G. 8	MARTINS, Luisa Bitencourt; BULLA, Gabriela da Silva	Encontro com o machismo na sala de aula: aprendizagens a partir de experiências de professoras
F.G. 9	ESTEVEVES, Vivian Colella	Entre princesas e piratas: um estudo das relações de gênero em uma creche de universidade pública
F.G. 10	DARWICH, Rosângela Araújo; GARCIA, Maria Lúcia Dias Gaspar.	Adolescentes em contexto escolar: uma ponte entre relações de gênero e relações sociais
F.G. 11	BARBOSA, Ana Carolina Santos; PEREIRA, Márcia Menezes Thomaz; SANTOS, Ana Carolina Ferraz dos	Tensionando silenciamentos e invisibilidades: considerações sobre gênero e sexualidades em uma escola de ensino médio integrado à educação profissional no Rio de Janeiro
F.G. 12	SALES, Lillian Silva de	Tecendo articulações entre gênero e raça: do plano de ação do curso gênero diversidade na escola à prática
F.G. 13	SANTOS, Heliany Pereira dos; SILVA, Altina Abadia da	O uso do brincar na educação infantil como ferramenta para as discussões de gênero
F.G. 14	SANTOS, Milena do Carmo Cunha dos; ARAÚJO, Danielle Pereira de	Gênero e direitos sexuais no ambiente escolar: pesquisa exploratória em um projeto piloto em escolas na cidade do Rio de Janeiro
F.G. 15	UMBELINO, Giseli Origuela	Gênero e história: uma proposta de material didático para a educação básica
F.G. 16	CERDERA, Cristiane Pereira	Gênero e sexualidade na escola: o Colégio Pedro II e a construção de uma cultura de direitos
F.G. 17	FRANÇA, Fabiane Freire	Gênero e sexualidade na educação escolar: proposições necessárias
F.G. 18	BARBOSA, Fábica Cristina Mendes; ANDRADE, Helisangela	Gênero na prática: uma educação não-sexista nas escolas
F.G. 19	NASCIMENTO, Anelise Monteiro do; PEREIRA, Leonardo da Silva	Questões de diversidade sobre o olhar das crianças em uma escola de Ensino Fundamental

F.G. 20	BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves	Intervenção com crianças na escola: uma proposta de subversão dos estereótipos de gênero através de produções midiáticas
F.G. 21	LINO NETTO, Livian; CASTRO, Beatriz Helena; BARREIRO, Cristhianny Bento.	Violência de gênero através de campanhas publicitárias – percepção de jovens do Ensino Médio
F.G. 22	SILVA, Cristiane Gonçalves da; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira	Intersecções de gênero, sexualidades e raça nas oficinas da diferença com jovens de Ensino Médio Público de Santos, São Paulo/Brasil
F.G. 23	OLIVEIRA, Shirlene Bemfica de	Por que estamos falando sobre nossos cabelos? Representações sociais de alunos do Ensino Médio Técnico sobre a transição capilar

Fonte: XI Fazendo Gênero (2021)

Para situar, nos excertos, cada uma das perspectivas, valemo-nos dos conceitos mais recorrentes em cada uma das vertentes epistemológicas: para a perspectiva histórico crítica foram utilizadas as palavras *libertação, opressão, enfrentamento, emancipação, empoderamento, igualdade, igualitário, valorização do coletivo, desigualdade, transformação*; para a perspectiva desconstrucionista as palavras *desconstruir, superar, diversidade, singularidade* e para a perspectiva neoliberal de mulher as palavras *empreendedor/a, profissão, mulher como indivíduo, sucesso em torno do trabalho*. Nos próximos itens abordam-se as três perspectivas sobre as mulheres, segundo os critérios epistemológicos estabelecidos.

7. ASPECTOS DO DISCURSO SOBRE MULHERES NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

Na análise da perspectiva histórico crítica, conforme mencionado, foram utilizados as palavras *libertação, opressão, enfrentamento, emancipação, empoderamento, igualdade,*

igualitário e valorização do coletivo, desigualdade, transformação.

A noção de *emancipação* da mulher aparece em dois excertos da revista Nova Escola e em três excertos do *XI Fazendo Gênero*:

Almeja-se que nos textos produzidos os alunos possam retratar como este movimento contribuiu para divulgar inúmeras imagens estereotipadas das mulheres, de que são inferiores, incapazes, frágeis ou ainda de que a sua emancipação política, social e financeira levaria ao fim das famílias e ao abandono dos filhos. (N.E. 8)

Sendo assim, devemos propiciar uma educação feminista, emancipadora, que se preocupe em desconstruir os estereótipos, livre de julgamentos e determinações de gênero, para que esse processo de construção, que acontece ao longo da vida, não seja limitado logo na infância. (F.G. 9)

Tendo essas experiências como modelos que podem servir a intuições de resistência e emancipadores, os quais [...] reforçam violências simbólicas, preconceitos e estereótipos, oferecendo alternativas de beleza, de realização e de emancipação feminina. (F.G. 7).

No entanto, mulheres como Júlia Lopes de Almeida transgrediam esta ordem estabelecida, colocando-se como uma exceção naquele tempo histórico, na busca pela autonomia e emancipação das mulheres, situação que ocorre em muitos sentidos até os dias de hoje. (N.E. 12)

Todos os desafios encontrados e, em certa medida, superados ao longo da intervenção, apontaram para a necessidade da criação de espaços mais democráticos dentro das escolas, em que jovens sejam ouvidos e sintam-se empoderados (as) para exercer seu protagonismo. (F.G. 14)

A emancipação é vinculada às competências intelectuais do sujeito, a capacidade de reflexão e o reconhecimento da própria inteligência e vontade (Ranciére, 2002). Desta forma, a ação emancipadora diz respeito à consciência de igualdade e a ideia de comandar a si mesmo. Nesse aspecto, entende-se que a luta pela emancipação feminina surgiu em conjunto com os movimentos feministas ao longo dos anos. Segundo Saffioti (1976, p. 46) “a emancipação feminina é, pois, problema complexo cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais”. A emancipação da mulher, embora relacionada ao âmbito econômico, não se restringe a eles, sua libertação envolve aspectos culturais, dimensões morais, componentes éticos, religiosos, sendo, portanto, um processo complexo.

O conceito *libertação/liberdade* aparece em três excertos de *Nova Escola* e em apenas um excerto do *XI Fazendo Gênero*:

[...] [havia ainda] a presença não apenas de mulheres que seguiam ao lado de seus companheiros, mas de várias mulheres-soldados que pegaram em armas para conseguir a libertação das colônias. [...] (N.E. 7)

É esperado que neste momento os alunos destaquem os direitos à vida, à liberdade, à igualdade de todos perante a lei, à segurança, à propriedade, mas principalmente é desejado que eles destaquem que a Constituição define homens e mulheres como iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição. (N.E. 10)

Comente também que a atuação de Thereza Santos ocorreu em diferentes locais

e de diversas formas, e que o período da ditadura militar, momento de perseguições e de liberdades restritas, ocasionou diversas situações indesejadas a ela, e por isso, ela é considerada uma guerreira do Movimento Negro Brasileiro [...] (N.E. 11)

As temáticas variadas serviram como elemento disparador de discussões que fomentaram o fortalecimento, a autoestima, o “empoderamento” e a liberdade. (F.G. 7)

No contexto histórico, as mulheres enfrentaram uma série de lutas e conquistas para a libertação de seu corpo e de sua subjetividade (Boris, Cesídio, 2007). A questão da liberdade das mulheres tem relação com desenvolvimento econômico dos países, acesso à escolaridade, regiões continentais em que se situam. Entretanto, a libertação das mulheres, nos sistemas capitalistas, parece estar subjugada aos limites impostos pela estrutura econômica do país (Saffioti, 1976). A liberdade das mulheres diz respeito à igualdade salarial, de oportunidades e de direitos, liberdade sexual, liberdade social, ou seja, rompe com os padrões do machismo estrutural, do patriarcado e de pressupostos sexistas.

A palavra *desigualdades* não aparece nenhuma vez na *Nova Escola* e aparece em quatro excertos do *XI Fazendo Gênero*:

[...] suas construções sobre os gêneros e a forma como foram sendo ensinadas/os desde pequenas/os, possibilitando que elas/es percebam como as desigualdades entre homens e mulheres foram se constituindo em nossa sociedade, e propiciando que pensem e repensem uma sociedade mais igualitária. (F.G. 3)

[...] marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade/orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe social, compreendidos como categorias analíticas que permitem identificar questões que se mostram na origem de

diferentes conflitos, na composição de hierarquias e desigualdades. (F.G. 22)

Como é possível observar em algumas falas das alunas: “estamos em um local extremamente machista, onde está clara a divisão do trabalho pelo gênero; “nas áreas técnicas a desigualdade de gênero é muito grande”; “a discussão de gênero é necessária tendo em vista que é uma instituição com grande maioria de homens e o mercado de trabalho também ser predominantemente machista”. (F.G. 11)

A falta de qualificação das/os professoras/es, gestoras/es e coordenadoras/es para o debate, pode significar dificuldades para as/os alunas/os em denunciarem as discriminações sofridas, dando uma falsa ideia de que não há conflito dessa natureza no ambiente escolar, provocando o acirramento das desigualdades na escola. (F.G. 12)

As desigualdades presentes no contexto social das mulheres são de âmbito moral, étnico, econômico, social, político e cultural. É em relação a elas que se voltam as lutas feministas que buscam a emancipação das mulheres e o fim das relações que as tornam um objeto de exploração trabalhista e sexual (Cisne, 2018). Nesse contexto, entende-se que o discurso sobre as diferenças “naturais” entre homens e mulheres corresponde a uma forma de preservar o patriarcado e a família tradicional através do conservadorismo (Saffioti, 1976). Também as desigualdades de direitos entre os sexos, e a falta de direitos e garantias direcionados às mulheres são parte das relações de poder baseadas em critérios de gênero. Igualmente, seu caráter interseccional – raça, gênero e classe social explicita as desigualdades (Saffioti, 1976).

O movimento feminista encorajou as mulheres a lutarem pela igualdade de direitos e

a denunciar as sujeições que se manifestavam nas esferas: familiar, jurídica, política e econômica, educacional, entre outras (Boris, Cesídio, 2007). O feminismo também questiona a legitimação da superioridade dos homens no capitalismo, os privilégios de classes dominantes, o racismo a docilização do corpo.

O conceito de *igualdade* aparece em três excertos de *Nova Escola* e em três excertos do *XI Fazendo Gênero*:

Pergunte aos estudantes se as mulheres e os homens têm os direitos e oportunidades iguais. Aborde como a mulher era retratada na História e na Política e as conquistas da luta pela igualdade. (N.E. 4)

Analisar a luta das mulheres por igualdade de gênero e ascensão no mercado de trabalho (N.E. 9)

[...] *É esperado que os alunos identifiquem que a Constituição de 1988 atendeu grande parte das reivindicações das mulheres daquela época, que se fizeram representar por meio de deputadas e senadoras, avanços como a igualdade perante a lei, licença-maternidade de 120 dias, o direito à posse da terra ao homem e à mulher; igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher; mecanismos para coibir a violência doméstica; a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da reprodução.* (N.E. 10)

O que se busca como resultado destes estudos é a promoção da igualdade de gênero, livre de qualquer forma de opressão, o que se opõe completamente ao sentido de ideologia atribuído à categoria gênero pelos grupos conservadores. (F.G. 15)

[...] *Como atividade lúdica as crianças constroem fanzines com imagens e palavras chaves, trazendo temas como: direitos, igualdade de gênero, igualdade no trabalho, salários iguais, brincadeira de meninas meninos, entre outros.* [...] (F.G. 18)

Organizamos a intervenção em dez encontros, com o objetivo de trabalhar sobre relações de gênero e temáticas como:

a igualdade de gênero, o empoderamento de meninas e mulheres e o respeito à diversidade sexual. (F.G. 20)

Os recortes de texto indicam que a luta pela igualdade de gênero é perpetuada devido à posição das mulheres como dominadas ou em situação de opressão (Varikas, 2009). Assim, a noção de igualdade diz respeito à luta pela igualdade de direitos políticos, sociais e econômicos entre homens e mulheres. As noções igualitárias propõem repensar as dinâmicas machistas da sociedade, bem como problematizam a divisão sexual do trabalho. Além disto, deve-se considerar que o conceito de liberdade se difere da noção de equidade, onde a primeira prevê reconhecer a mulher como igual ao homem, enquanto a segunda se desenvolve a partir da perspectiva de justiça, onde defende-se a igualdade e garantia de direitos entre os sujeitos.

A noção de *transformação* não aparece nenhuma vez na *Nova Escola* e aparece em dois excertos do *XI Fazendo Gênero*:

[...] “se fosse o homem ajudaria a mulher” ou aquelas que exprimem a transformação coletiva: “eu conscientizaria as pessoas da igualdade entre homens e mulheres”, “eu acharia um meio das mulheres terem os mesmos direitos dos homens”. (F.G. 6) Portanto, a partir dessa ferramenta podemos propor ações que possibilitem a transformação e a mudança do pensamento ideológico naturalizado nas crianças no decorrer dos anos, despertando em cada uma o desejo por diversas atividades como desenhar, pintar, pular corda, brincar de bonecas [...] (F.G. 13)

O conceito de transformação é atravessado pela relação da mulher com seu

corpo, com a sociedade, com seus direitos, com a construção de sua subjetividade. O processo de transformação percorre os feminismos, possibilitando pensar as diferentes identidades femininas. O processo de construção do corpo da mulher e da sua subjetividade foi influenciado pelas transformações nas esferas econômica, política, histórica e sociocultural (Boris, Cesídio, 2007). Os discursos feministas passaram por transformações desde seu surgimento com as feministas brancas, de classe mais elevada, que reproduziam preconceitos e desigualdades, nos quais a luta feminista era seletiva (Hooks, 2019). Entretanto, essas transformações resultaram em diversas vertentes feministas que lutam pelo desenvolvimento de uma consciência que envolva a interseccionalidade.

A noção de *coletividade* não apareceu nenhuma vez na revista *Nova Escola* e apareceu apenas uma vez nos textos do *XI Fazendo Gênero*:

Mesmo aquelas(es) mais introvertidas(os) foram cada vez mais incluídos nas trocas de ideias, de maneira que cada participante pôde ver o mundo e as situações cotidianas através dos olhos das(os) demais, fazendo, assim, um exercício de se colocar no lugar das outras pessoas, de ampliação de perspectivas, de identificação favorecedora do fortalecimento do sentido de pertencimento, e de importância individual e como parte da coletividade (F.G. 10)

Os feminismos, pelo viés da teoria histórico-crítica, abarcam princípios da coletividade, contrapondo-se ao capitalismo, com seus modelos individualistas, pois visa a socialização dos meios de produção, propondo

igualdade de direitos, incluindo aí homens e mulheres (Saffioti, 1976) Assim, “[...] a práxis coletiva de categorias sociais oprimidas pode levar à destruição das estruturas” (Saffioti, 1976, p. 196). É a partir da prática coletiva que se pode criar uma mudança social que rompe com as ideias predominantes na sociedade.

Por fim, a palavra *dominação* não aparece nenhuma vez na *Nova Escola* e aparece em duas vezes em excertos do *XI Fazendo Gênero*:

Discutimos também sobre como o processo histórico de dominação colonial deixou marcas específicas que impactam a vida da população negra, sobretudo das mulheres negras. (F.G. 5)

Contudo, um trabalho construído de maneira sistemática e constante, que promova possibilidades de valorações positivas de gênero e de raça, pode significar a construção de caminhos de resistência à dominação colonial que marcam o/a outro/a. (F.G. 2)

A dominação se caracteriza pela relação de superioridade de indivíduos ou grupos, na qual se produz a inferiorização e submissão de outras/os. As mulheres, no Brasil, historicamente são vistas como inferiores e, por isso, dominadas desde a época colonial até à contemporaneidade. As figuras dominadas no longo período histórico, além das mulheres, abrangem também o judeu, o colonizado, o proletariado, o negro, o doméstico (Apfelbaum, 2009). De acordo com Hooks (p. 89) a criação de “[...] hierarquias de pensamento desnecessárias e concorrentes endossam as políticas de dominação, na medida em que designam certas obras como inferiores ou superiores, mais dignas de atenção ou menos.”

Os textos de N.E. 11, F.G. 1, F.G. 2, F.G. 5, F.G. 6, F.G. 7, F.G. 9 F.G. 12, F.G. 15 e F.G. 22, apresentam também a perspectiva interseccional, ou seja, de observações acerca das opressões relacionadas ao gênero, raça e classe social presentes nos contextos sociais e históricos. Esses recortes se distanciam do feminismo branco e elitista e apresentam uma perspectiva que confronta o racismo por meio de um feminismo interseccional (Hooks, 2013) que relaciona as perspectivas de gênero, aos problemas de classe social e raça.

No feminismo, a perspectiva interseccional se relaciona com as diferentes identidades políticas e realidades das mulheres. Assim, “a interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreender a fluidez das identidades subalternas, dos preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e as opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem (Akotirene, 2018, p. 33). O excerto F.G. 2 ressalta as discussões sobre a beleza negra e busca romper com os padrões de beleza eurocêntricos, bem como, reconhece o racismo como instrumento de biopoder e necropolítica, concordando com Akotirene (2018).

8. ASPECTOS DO DISCURSO SOBRE MULHERES NA PERSPECTIVA DESCONSTRUCIONISTA

Para analisar a perspectiva desconstrucionista foram utilizadas as palavras:

desconstruir, superar, diversidade, singularidade. Conforme mencionado acima, estes conceitos são característicos da epistemologia desconstrucionista.

A palavra *desconstruir* apareceu em um excerto de *Nova Escola* e em quatro excertos do *XI Fazendo Gênero*:

Peça para que as crianças discutam sobre o comportamento esperado dos meninos e das meninas e como os personagens da tirinha desconstroem essa ideia? (N.E. 2)

Neste sentido se dá o convite a desconstruir lógicas de dominação, reconhecer potências e inaugurar espaços de transgressão (F.G. 1)

Os objetivos iniciais do grupo eram obter aporte teórico que iluminasse as questões discutidas, institucionalizar essas discussões e buscar modos de intervenção que pudessem desconstruir práticas opressoras e causadoras de sofrimento (F.G. 16)

Consideramos que a utilização de recursos como vídeos, notícias midiáticas e situações problema do espaço escolar, durante os encontros, propiciaram problematizações e reflexões do grupo de docentes que propuseram ações voltadas a desconstrução de práticas preconceituosas e discriminatórias. (F.G. 17)

[...] os alunos de machistas, mas sim colocar como prioridade fazer um trabalho que vá na direção da desconstrução do machismo através da reflexão crítica sobre as vivências pessoais suas e dos colegas e da interação com outros textos. (F.G. 8)

Os discursos destes excertos problematizam e combatem os efeitos da naturalização das questões sobre gênero, fruto da “[...] prática repetida de nomear a diferença sexual [que] criou essa aparência de divisão natural” (Butler, 2003, p. 168). A nomeação do sexo e de suas condutas é um ato relacionado à linguagem, uma prática discursiva que interfere na configuração social do sexo, espaço no qual é

desenvolvida a heteronormatividade. De acordo com Butler (2003, p. 168. Aspas no original) “a ‘nomeação’ do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual”.

De acordo com Louro (p. 548, 2001) “as normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual”. As sociedades constroem “normas regulatórias”, que são impostas e repetidas com o objetivo de materializar o sexo dos sujeitos. Nesta perspectiva, a nomeação binária do gênero masculino e feminino constrói, no caráter linguístico e material, o corpo do sujeito. Nesse sentido, essas normas são constantemente citadas para a reafirmação e concretização do corpo do sujeito.

O conceito de desconstrução possibilita questionar a naturalização das categorias de gênero. Na perspectiva desconstrucionista, elas não provêm da natureza, mas são socialmente constituídas e reguladas (Butler, 2003). A ação de desconstruir, conforme aparece nos excertos, se refere às construções sociais e suas violências que são reproduzidas em sala de aula. Ao utilizar o conceito de desconstruir, os excertos abrangem

possibilidades de problematizar as relações machistas, nas relações de dominação.

O conceito de *diversidade* não apareceu em nenhum excerto de *Nova Escola* e em dois excertos do *XI Fazendo Gênero*:

As oficinas pretenderam saber como as crianças percebem a diversidade e como lidam com igualdade e diferença. (F.G. 19) Por meio dos episódios, conversas e brincadeiras, compreendemos a diversidade de identidades e papéis que crianças e docentes constroem e assumem. Contudo, não há consenso, e isso nos traz esperança. (F.G. 4)

A diversidade se refere às múltiplas identidades, sobretudo no que se refere à sexualidade. Na escola, normalmente, as diversidades são invisibilizadas pelo padrão binário da heterossexualidade. A regulação da sexualidade se materializa nos discursos legitimadores das sexualidades binárias, garantindo a superioridade masculina e marginalizando as diversidades (Louro, 2001. Aspas no original). Existem multiplicidades de identidades que são invisibilizadas devido à regulação do gênero e da sexualidade. Para Louro (2001, p. 548), o binarismo é um pensamento que “[...] elege e fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do ‘outro’, o seu oposto subordinado”. A diversidade é resultado das identidades que não são capturadas pelo binarismo, ou seja, que escapam das normas regulatórias heterossexuais.

9. ASPECTOS DO DISCURSO SOBRE MULHERES NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL

Para a perspectiva neoliberal utilizamos as seguintes palavras: *empreendedor/a, profissão, mulher como indivíduo, sucesso em torno do trabalho*. Estes são conceitos empregados em variados domínios discursivos, entre eles a educação. Estes conceitos são próprios de uma epistemologia neoliberal.

Os textos dos anais do *XI Fazendo Gênero* não apresentam nenhuma vez a palavra *profissão* como categoria para falar das mulheres, enquanto na revista *Nova Escola* a palavra aparece em apenas um excerto:

Peça que escrevam como título: "Todo mundo pode ser" e que completem a frase com uma profissão que antes eles achavam que era só de homem ou só de mulher, mas que agora acreditam que pode ser exercida por qualquer pessoa, independente do gênero. Depois eles devem ilustrar seu cartaz com o desenho da profissão escolhida. (N.E. 1)

O neoliberalismo pode ser entendido como uma racionalidade que produz subjetividades voltadas ao mercado (Pelegrini, 2019). Nesse viés, este tipo de sujeito é definido como o empresário de si mesmo, e age de maneira individualista, competitiva, baseada no princípio do capital humano (Foucault, 2008). Através dessa perspectiva, as mulheres também se tornam alvos do poder, considerando somente seus interesses econômicos.

Nesse contexto, os interesses de mercado são confundidos com emancipação e autonomia da mulher. Mas, em realidade, trata-se de

amarrá-las às regras ou investimento ao capital humano (Pelegrini, 2019). As mulheres não são mais responsabilizadas pelo cuidado da casa, ou da família, esse cuidado pode ser terceirizado por babás, faxineiras e outros serviços. Pode-se ressaltar que as mulheres não são mais subordinadas ao desejo masculino, mas sim aos interesses econômicos, sua aparência e seus desejos pessoais são instrumentalizados pelo mercado (Pelegrini, 2019).

O discurso neoliberal produz um corpo útil por meio de estratégias vinculadas ao biopoder. Assim, as mulheres são vistas como produtoras, úteis, situação na qual sua liberdade é resultado da participação no mercado, como empreendedora e como consumidora e empreendedora de si mesma (Foucault, 2008a). Esses apontamentos indicam que a liberdade da mulher, prevista no sistema neoliberal, é incorporado por práticas normativas de beleza que sustentam a indústria cosmética. Neste mecanismo, a beleza feminina é alvo do mercado neoliberal e, assim, o mercado de cosméticos cresce a cada ano. Os textos dos anais do *XI Fazendo Gênero* também não registram nenhuma vez a palavra *empreendedorismo* como categoria para falar das mulheres, enquanto na revista *Nova Escola* a palavra figura em dois excertos:

Citar exemplos de mulheres conhecidas mundialmente ou mulheres que fazem parte da comunidade em que eles habitam e que se destacaram pelos serviços prestados à cidade ou por sua carreira e atos de empreendedorismo. (N.E. 6)

*Relacione a ideia de igualdade com a participação das mulheres no mercado de trabalho, relacionando com a equidade salarial e o acesso a cargos de gerência, e a existência de vagas e profissões exclusiva para mulheres no passado. Diga que as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades para estar em alguns espaços, e pergunte aos alunos por que eles acreditam que isso acontece. Diga que nossa sociedade ainda está se transformando e que a nossa parte nessa luta pode estar relacionada com o incentivo à participação das mulheres em todos os espaços, nos pequenos *empreendimentos* (salão de beleza, venda de roupas, produtos etc.), na representação política, na literatura etc.* (N.E. 5)

O empreendedorismo, como se vê nos excertos relaciona-se com a dinâmica neoliberal em conjunto com práticas competitivas de mercado. O empreendedorismo é um termo relacionado à inovação de mercado, à governamentalidade e às maneiras de conduzir os sujeitos:

Temos, portanto, com o sujeito de interesse tal como os economistas o fazem funcionar uma mecânica totalmente diferente dessa dialética do sujeito de direito, já que é uma mecânica egoísta, uma mecânica imediatamente multiplicadora, é uma mecânica sem transcendência nenhuma, e uma mecânica em que a vontade de cada um vai se harmonizar espontaneamente e como que involuntariamente à vontade e ao interesse dos outros. (FOUCAULT, 2008, p. 375).

Com as dinâmicas neoliberais, consolidam-se práticas individualistas, competitivas, governamentalizáveis; desenvolve-se, igualmente a filosofia de empreender a si mesmo (Foucault, 2008a). Nesse sentido, os regimes de verdade neoliberais geram sujeitos de interesses individuais e de mercado, empresário de si mesmo. Este sujeito é

governável, produtivo e útil aos objetivos econômicos (Foucault, 2008).

Estas modulações de sujeito se diferenciam dos sujeitos de direitos. Enquanto o sujeito de direitos preza pelos contratos sociais e pela presença do Estado no âmbito econômico, o sujeito de interesse se vincula aos interesses propriamente econômicos e de mercado, de forma individual. Desse modo, o empreendedorismo reflete sobre práticas individualistas, onde o trabalhador deve administrar seu capital humano, tornando-se responsável pelo seu sucesso ou fracasso (Pelegri, 2019). Nesse contexto, a responsabilidade pelos fracassos ou sucessos pesam apenas sobre o indivíduo.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise da revista Nova Escola e do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero verificou-se, nos excertos, que a perspectiva sobre as mulheres na revista Nova Escola apresenta, majoritariamente, a perspectiva neoliberal mesmo que em algumas vezes utilizem conceitos como emancipação, libertação ou até mesmo desconstruir, termos próprios das perspectivas epistemológicas histórico-crítica e desconstrucionistas. Deve-se considerar, entretanto, que estes conceitos, no âmbito discursivo da revista, não evocam a abrangência de coletivos e de contestação, próprias dos movimentos sociais, como os feminismos. Estes conceitos, na perspectiva do

neoliberalismo, estão muito mais associados à superação dos indivíduos do que a movimentos sociais de luta e contestação.

Nos anais do 13º Mundos de Mulheres e XI Fazendo Gênero a predominância é de trabalhos com base na perspectiva epistemológica histórico-crítica, trabalhando conceitos como a emancipação, transformação, igualdade e liberdade, sempre na perspectiva das lutas coletivas. A perspectiva epistemológica desconstrucionista, presente nos trabalhos do XI Fazendo Gênero, com conceitos como desconstrução dos gêneros, desnaturalizando convicções historicamente construídas, é minoritário, com bem menos ocorrências.

O neoliberalismo é criticado em um dos trabalhos do XI Fazendo Gênero, mas não é utilizado por nenhum dos textos como fundamento de sua perspectiva epistemológica. Entretanto, na revista Nova Escola, a perspectiva neoliberal de mulher é apresentada com recorrência, relacionando a mulher a profissão, trabalho, carreira profissional. Salienta-se que, tanto nos relatos da revista Nova Escola, quanto os trabalhos dos anais do XI Fazendo Gênero aparecem elementos sobre a questão da interseccionalidade.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13º MUNDO DE MULHERES E XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: Ufsc, 2018. Disponível em:

<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 08 mai. 2021.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento, 2018. AMBRÓSIO, Aldo. Desapropriar-se do Eu. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 51-64.

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 77-80.

ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. *Site Nova Escola*, 2021. Página Inicial. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/>>. Acesso em: 08 mai. 2021.

BANDEIRA, Hilda Maria Martins; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. Prática educativa: entre o essencialismo e a práxis. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, p. 107-117, jul/dez. 2014. Semestral.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 08 jun. 2021.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. Cap. 1. p. 17-49.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2021.

COELHO, Mayara Pacheco. Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 214-224, jun. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 abr. 2021.

FILORDI, Alexandre. **Foucault e a função-educador**. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade do saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KERGOAT, Danielè. Divisão sexual de trabalho e relações sexuais de sexo. In:

HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67- 76.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem., Florianópolis**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Mar. 2021.

PELEGRINI, Maurício. Michel Foucault e a crítica feminista ao neoliberalismo. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Mauricio (org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019. Cap. 1. p. 17-49.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. In: HIRATA, Helena et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.